

ESTUDO TÉCNICO
N.º 12/2016

Estatísticas educacionais a partir do
Cadastro Único: apontamentos e comparações

MDS

SAGI

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Estudo Técnico

Nº 12/2016 - Estatísticas educacionais a partir do Cadastro Único: apontamentos e comparações

Equipe técnica responsável

Alexander Cambraia N.Vaz

Nikolas Pirani

Revisão

Paulo Jannuzzi

Estudos Técnicos SAGI é uma publicação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) criada para sistematizar notas técnicas, estudos exploratórios, produtos e manuais técnicos, relatórios de consultoria e reflexões analíticas produzidas na secretaria, que tratam de temas de interesse específico do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para subsidiar, direta ou indiretamente, o ciclo de diagnóstico, formulação, monitoramento e avaliação das suas políticas, programas e ações.

O principal público a que se destinam os Estudos são os técnicos e gestores das políticas e programas do MDS na esfera federal, estadual e municipal. Nesta perspectiva, são textos técnico-científicos aplicados com escopo e dimensão adequados à sua apropriação ao Ciclo de Políticas, caracterizando-se pela objetividade, foco específico e tempestividade de sua produção.

Futuramente, podem vir a se transformar em artigos para publicação na Cadernos de Estudos, Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação (RBMA) ou outra revista técnica-científica, para alcançar públicos mais abrangentes.

Palavras-chave: *Cadastro Único, PNAD, estatísticas educacionais*

Unidade Responsável

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 307

CEP: 70.054-906 Brasília | DF

Fone: 61 2030 -1501 | Fax: 2030 -1529

www.mds.gov.br/sagi

Secretário de Avaliação e Gestão da Informação

Paulo de Martino Jannuzzi

Secretária Adjunta

Paula Montagner

APRESENTAÇÃO

O presente Estudo Técnico tem o objetivo de demonstrar a relevância e potencial de uso do Cadastro Único na extração de indicadores que possam subsidiar políticas públicas na área de educação. É fato que a utilização de bases de dados de cunho amostral tem sido cada vez mais frequente na produção de análise de políticas públicas no país, o que se dá em função de diversos fatores, como uma maior e mais periódica disponibilização desses próprios dados por institutos estatísticos, como o IBGE. Todavia, o país já dispõe, atualmente, de bases de informações de caráter administrativo, não amostrais, relevantes para diversas políticas correntes. Esses bancos de dados têm grande potencial para uso estatístico, sendo esse o objeto a ser explorado nesse texto.

1. Estatísticas educacionais a partir do Cadastro Único: apontamentos e comparações

No Brasil o órgão responsável pelas informações sobre as estatísticas educacionais brasileiras é o Inep. Esse órgão responsabiliza-se por pesquisas de levantamento dos dados a nível internacional, como o programa da Unesco WEI (World Education Indicators). Para isso, as bases estatísticas utilizadas são o CENSO e a PNAD. Os dados censitários e por pesquisa por amostra domiciliar permitem acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos sistemas de ensino em todo o país e são essenciais para a realização de análises e estudos comparados, subsidiando a formulação de políticas públicas para distribuição dos recursos.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) é o responsável pela coordenação do Cadastro Único (Cadastro Único). O Cadastro Único é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda e auxilia o conhecimento da realidade socioeconômica de famílias de baixa renda, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família. Do ponto de vista administrativo, dados expressos através de consultas às bases do “*Cadastro Único*” nos fornecem não apenas o perfil destes indivíduos, mas também uma fonte rica de informações para estudos e avaliações para o monitoramento de programas sociais. Com essa fonte rica de informações disponíveis, o Brasil vem se diferenciando na produção de estatísticas de indicadores sociais. O MDS como tutor dessas informações administrativas

vem se especializando em extrair de maneira eficaz indicadores que podem ser comparados com os indicadores clássicos da educação.

O texto está dividido da seguinte forma. A primeira seção se ocupa de fornecer brevemente algumas evidências da importância de programas de cadastro e transferência de renda, como o Cadastro Único e o PBF, no desempenho escolar de crianças e adolescentes. O objetivo é demonstrar que, mesmo nas classes de renda mais baixas, o desempenho escolar pode ser incrementado através da adoção de políticas públicas estratégicas e objetivas, como é o caso das condicionalidades do PBF. A seção seguinte se ocupa de explicar o que é o Cadastro Único e sua importância para a gestão das políticas sociais no Brasil. A terceira seção se ocupa de fornecer evidências comparativas de indicadores educacionais para o público do Cadastro Único, tendo por base quintis de renda da população como um todo, cimentando a importância do Cadastro para a geração de estatísticas. A última seção é dedicada às considerações finais.

2. A interface entre educação e políticas públicas

A certificação da importância do Cadastro Único para a geração de estatísticas na gestão de políticas públicas pode ser claramente entrevista no caso da área educacional. Nesse caso, importa analisar o desempenho escolar das crianças e adolescentes incluídas no Cadastro e compará-las com a da população geral. Para tanto, essa seção busca descrever brevemente o próprio Cadastro e, em especial, sua importância para a gestão das políticas sociais de uma forma geral.

O Cadastro Único para Programas Sociais é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, compreendidas entre aquelas que possuem *renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa* ou *renda mensal total de até três salários mínimos*¹. Dentre as principais metas do Cadastro Único, destaca-se a canalização do processo de planejamento e implantação de novas políticas sociais, através dos métodos de apoio à gestão pública, pautado em condicionalidades que sejam assertivas o suficiente para permitir que beneficiários de programas assistenciais superem suas condições de vulnerabilidade. Até porque, a centralização do gerenciamento destas políticas no governo

¹ Regulamentado pelo Decreto nº 6.135/07, pelas Portarias nº 177, de 16 de junho de 2011, e nº 274, de 10 de outubro de 2011, e Instruções Normativas nº 1 e nº 2, de 26 de agosto de 2011, e as Instruções Normativas nº 3 e nº 4, de 14 de outubro de 2011.

federal tende a diminuir o déficit de aplicação de projetos nos municípios e reduzir os desvios de verbas públicas.

Em agosto de 2005, estavam incluídas, no Cadastro Único, 10,9 milhões de famílias, abrangendo 43,5 milhões de pessoas. A partir de novembro deste mesmo ano, o Governo Federal promoveu um grande esforço de recadastramento², afim de depurar a base de dados e obter um quadro atualizado da situação de pobreza no país. A meta deste recadastramento foi atualizar os dados das famílias já presentes no banco, bem como inserir as que ainda não se encontravam nele, perfazendo cerca de 11,2 milhões de famílias e 47,2 milhões de pessoas.

A partir de maio de 2006, começou a ser disseminada a versão 6.0.2 do Cadastro Único, corrigindo problemas encontrados nas versões anteriores, bem como incorporando regras antes ausentes, a exemplo da obrigatoriedade de inserção de informações, sem as quais, o cadastramento do registro não era possível. Assim, esta versão possibilitou que os gestores municipais obtivessem relatórios gerenciais, com o intuito de subsidiar a elaboração das políticas locais e constatar possíveis inconsistências no banco de dados do cadastro.

Finalmente em 2009 surge a versão 7.0, que tem, como suas principais novidades tecnológicas, a utilização de software livre, e a partir de então, a nova versão do Cadastro Único passa ser online. Entre os principais avanços, pode se mencionar a inclusão da informação do usuário ser morador de rua³. Neste mesmo ano houve o plano de capacitação que teve início no mês de outubro, com a formação de 561 técnicos estaduais e municipais, certificados pelo MDS e pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Estes técnicos foram certificados para atuar como instrutores nas capacitações organizadas pelos estados, possibilitando o envolvimento de mais de 20 mil entrevistadores.

Os dados do Cadastro Único disponibilizado em outubro de 2013 contabilizava um total de 26,8 milhões de famílias, abrangendo 84,4 milhões de pessoas cadastradas. Estes números revelam um crescimento surpreendente de famílias assistidas, representando quase duas vezes e meio o contingente de oito anos atrás. Se observarmos que o quesito aprimoramento da qualidade das informações fornecidas pelas famílias registradas pelos

² Também conhecido como “Campanha Bolsa Família Chama”

³ População em situação de rua.

municípios, revelam que 84,82% do total de indivíduos contidos no cadastro, foram atualizados há no máximo quatro anos atrás, temos então um indicador do nível de qualidade dos cadastros da base nacional. Estes dados corroboram a premissa de que os cadastros devem ser atualizados pelos municípios, no máximo, a cada dois anos contados de sua data de inclusão ou última atualização.

Observa-se que o governo federal tem tentado simplificar o cadastramento de famílias de baixa renda, visando prioritariamente os programas de transferência direta de benefícios, fiscalizando de forma contínua os beneficiários dos programas implementados. Quanto à fiscalização dos beneficiários, observa-se com base nos indivíduos entre 15 e 16 anos, pertencentes ao último Cadastro Único disponibilizado⁴, que a nível Brasil, o percentual de indivíduos frequentando escola pública ou particular, e que não pertencem ao Programa Bolsa Família (PBF) é de 23,19% contra 73,13% dos que pertencem ao programa. Estes mesmos percentuais se avaliados entre a faixa etária de 6 a 14 anos, são de 19,15% contra 73,39%, evidenciando assim o alcance dos programas sociais entre as populações de baixa renda, e a importância do Cadastro Único como instrumento de monitoramento aos programas sociais, visto que uma das principais condicionalidades do PBF trata-se da frequência escolar das crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos.

O Cadastro Único torna-se então um elemento chave na busca contínua por tal melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, pois concentra em si informações que norteiam a caracterização precisa de vulnerabilidades sociais que fomentem as articulações e esforços sociais do governo federal. Vale ressaltar que outros indicadores sociais, além do aspecto educacional são determinantes da qualidade do monitoramento realizado com o auxílio do Cadastro Único. E neste sentido, é importante lembrar que o fato de uma família estar cadastrada no Cadastro Único, não gera a inclusão automática desta família em quaisquer programas sociais de transferência de renda⁵.

⁴ Recorte dos registros que foram atualizados até no máximo quatro anos atrás.

⁵ O recebimento de algum benefício social do governo federal, estadual ou municipal está condicionado a critérios de acesso e permanência estabelecidos para cada programa, à fixação de metas de atendimento e principalmente à posição e renda atualizada de cada família. É a partir das informações contidas nas bases do Cadastro Único que as famílias pobres são direcionadas para os programas de transferência de renda do governo federal, de acordo com seu perfil socioeconômico. Caracterizando assim, o Cadastro Único como elemento chave no processo de gestão pública, tanto no planejamento de novos programas sociais, como no sucesso das políticas públicas já existentes.

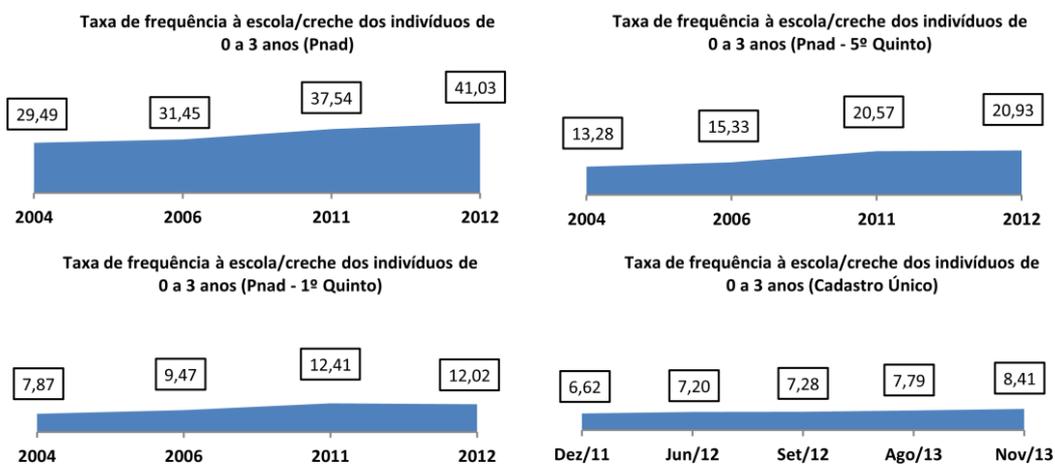
3. Análise comparativa

Dada essa importância do Cadastro Único para a gestão dos programas sociais, vale a pena questionar em que medida seus registros são capazes de fornecer estatísticas e dados confiáveis para tal atividade. Afinal, o Cadastro Único, para além do aspecto eminentemente administrativo, é capaz de fornecer evidências estatísticas confiáveis acerca do público que aborda? Para responder a essa questão, a próxima seção se ocupa de fornecer dados comparativos de 6 indicadores clássicos da área de educação.

- Taxa de frequência à escola/creche dos indivíduos de 0 a 3 anos;
- Taxa de frequência à escola/creche dos indivíduos de 4 a 5 anos;
- Taxa de frequência à escola/creche dos indivíduos de 6 a 14 anos;
- Taxa de frequência à escola/creche dos indivíduos de 15 a 17 anos;
- Taxa de frequência à escola/creche dos indivíduos de 18 a 29 anos;
- Taxa de analfabetismo dos indivíduos de 25 a 39 anos.

Os dados obtidos pelo Cadastro Único são cotejados com aqueles obtidos a partir de pesquisa estatística oficial do IBGE, que é a PNAD. Os dados dessa pesquisa são apresentados tanto para a população geral, quanto para diferentes quintis de renda, de modo a se investigar em que medida o Cadastro Único seria também uma fonte estatística confiável para a gestão de políticas públicas. Os dados apresentados do registro são aqueles referentes aos indivíduos com data de atualização de até 12 meses em relação à data de referência dos dados. Esse período concerne aos meses que vão de Dezembro de 2011 a Novembro de 2013. No caso da PNAD, foram obtidos os indicadores a partir dos anos de 2004, 2006, 2011 e 2012.

Gráfico 1: Taxas de frequência à escola/creche dos indivíduos de 0 a 3 anos

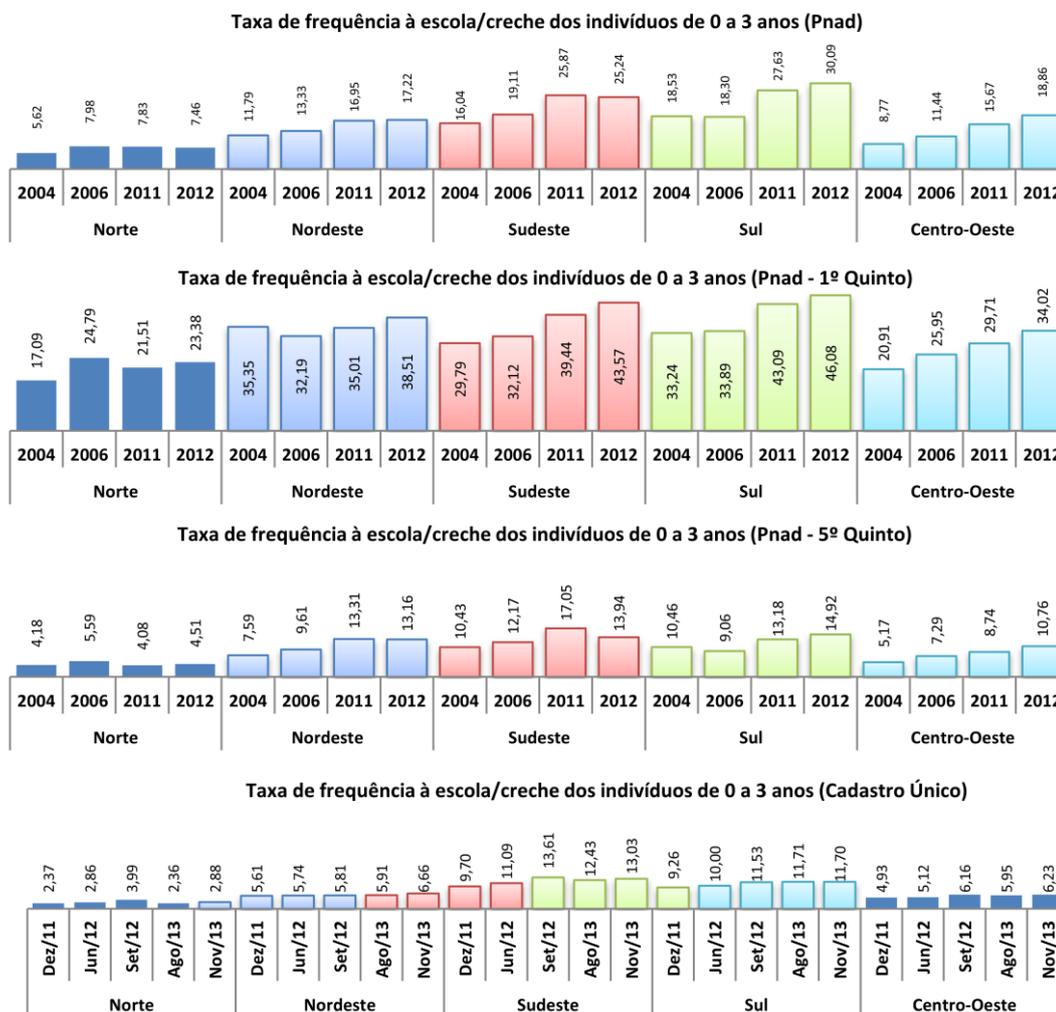


Fonte: Pnad e Cadastro Único

O índice de frequência à escola/creche dos indivíduos de 0 a 3 anos mede a proporção de crianças inseridas nessa faixa etária que frequentam a escola ou creche, em relação a população total de crianças de 0 a 3 anos (Gráfico 1). De acordo com o novo Plano Nacional de Educação⁶ (PNE), é previsto que até o final de sua vigência, a oferta da educação infantil em creches deve ser ampliada de forma a atender o mínimo de 50% das crianças de até três anos, e que a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil dessas crianças, oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo, seja inferior a 10%.

⁶ O plano define as metas para o ensino no Brasil no período de 2011 a 2020 e foi enviado pelo Ministério da Educação (MEC) ao Congresso Nacional em 2010, mas ainda não foi votado em plenário da Câmara.

Gráfico 2: Taxas de frequência à escola/creche dos indivíduos de 0 a 3 anos por Região brasileira



Fonte: Pnad e Cadastro Único

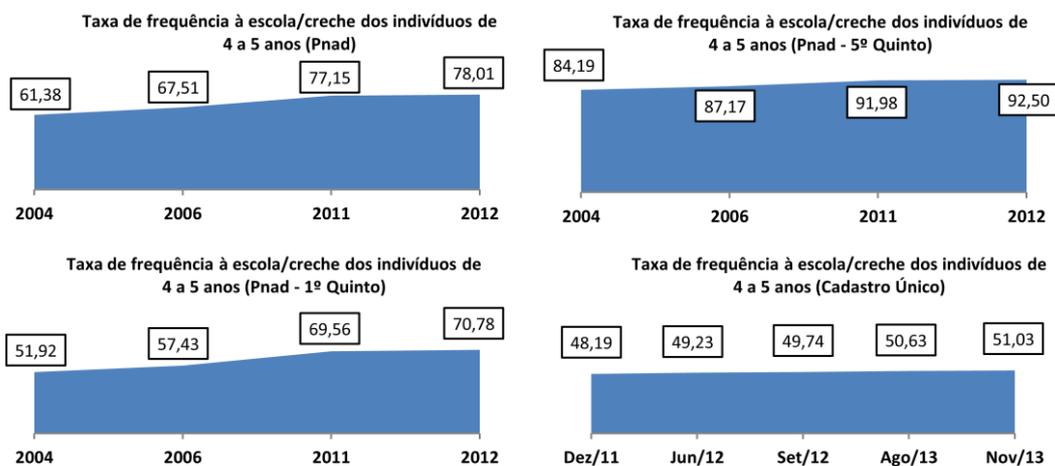
Segundo dados da PNAD, em 2012, 41,03% dessas crianças frequentavam a creche ou escola e isso significa mais de 4,5 milhões de crianças em todo o território nacional. Esse valor está se aproximando da meta proposta pelo PNE e representa um salto de 39,1% se comparado ao dado observado em 2004, que era de 29,49%. Entretanto, o acesso à escola para essas crianças de 0 a 3 anos no país ainda é desigual se comparados de acordo com a renda das famílias. Se a meta para 2020 é que a diferença entre o quinto de renda per capita mais elevado e o quinto de renda mais baixo seja inferior a 10%, em 2012, 20,93% do quinto mais rico da população frequentava a creche ou escola, enquanto este valor para o quinto mais pobre era de 12,02%, resultando em uma diferença de 8,9% entre eles. Em 2004, essa diferença era de 5,4%, e de 2004 a 2012, tanto o quinto mais rico como o quinto mais pobre apresentaram avanços significativos, de 57,6% e 52,7%, respectivamente. Essa

tendência de elevação recente do índice também pode ser comprovada através das informações de frequência escolar infantil da base de informações da população de baixa renda cadastrada no Cadastro Único. Nele, observa-se que de dezembro de 2011 até novembro de 2013 o índice saltou de 6,62% para 8,41%, um avanço relativo de 27,04% em apenas 2 anos.

Todavia, a desigualdade no acesso à escola também se dá entre as regiões brasileiras, principalmente entre as regiões Sul e Norte (Gráfico 2). Na região Sul, 30,09% das crianças de 0 a 3 anos frequentavam escola/creches em 2012, contra apenas 7,46% na região Norte. Para o período de 2004 a 2012, a região que apresentou o maior avanço percentual é a região Centro-Oeste, com uma melhora observada de 115%. E se os dados forem comparados de acordo com a renda das famílias, a região Centro-Oeste é também a região que apresentou maior avanço para a população do quinto mais pobre, com 108,1%.

Enquanto isso, a região Norte é a que apresenta maior desigualdade entre o quinto de renda mais rico e o quinto de renda mais pobre, nela o quinto mais rico tem índice de 23,38% de frequência enquanto o quinto mais pobre apresenta índice mais de cinco vezes inferior, 4,51%. Essa mesma desigualdade regional também pode ser comprovada através das informações do Cadastro Único, onde a região Sudeste apresenta o índice de frequência mais elevado para a população de baixa renda, 13,03%, e a região Norte o menor índice, 2,88%. E nele, também é possível observar que o maior crescimento relativo para o período recente de dezembro de 2011 a novembro de 2013, é da região Sudeste, com 34,32%.

Gráfico 3: Taxas de frequência à escola/creche dos indivíduos de 4 a 5 anos



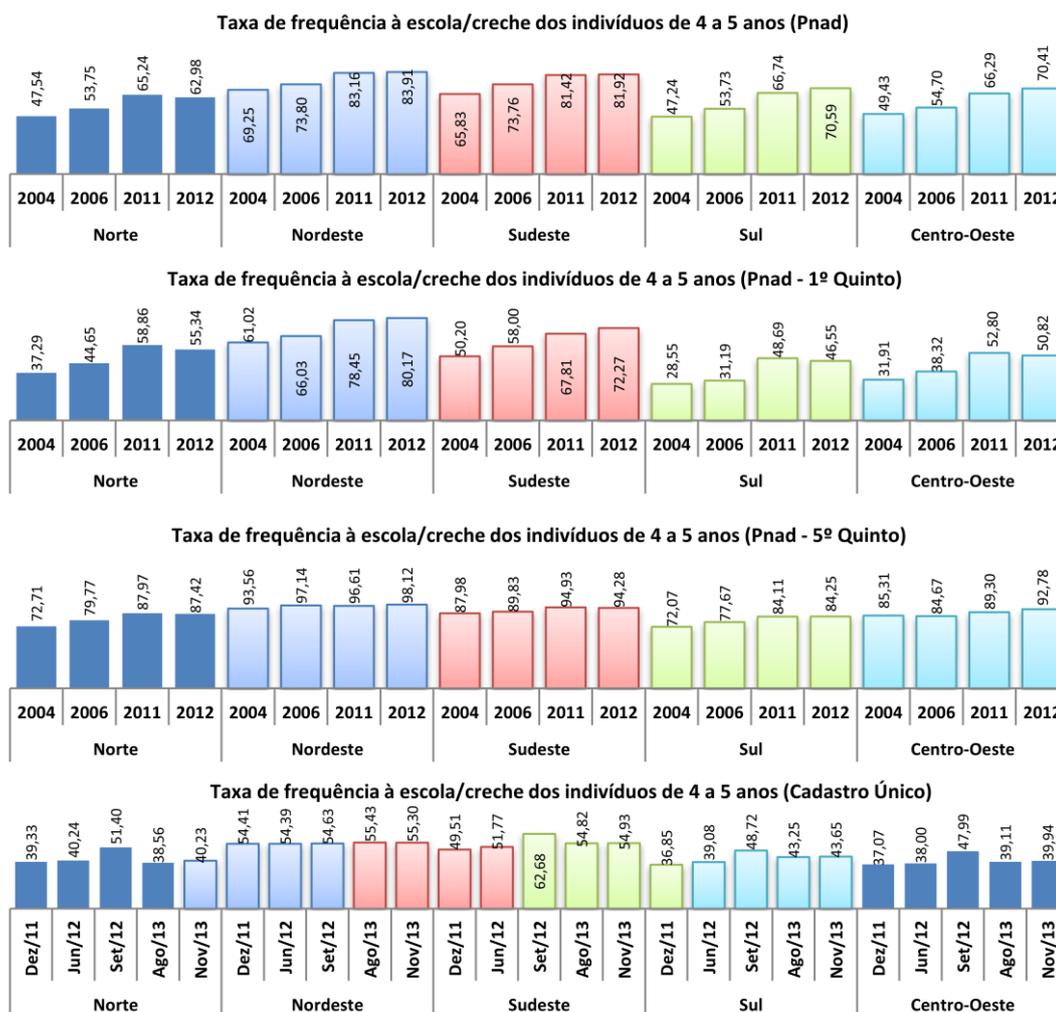
Fonte: Pnad e Cadastro Único

O índice de frequência à escola/creche dos indivíduos de 4 a 5 anos mede a proporção de crianças inseridas nessa faixa etária que frequentam a escola ou creche, em relação à população total de crianças de 4 a 5 anos (Gráfico 3). O Plano Nacional de Educação (PNE) define como meta alfabetizar todas as crianças até os seis anos de idade ou até o primeiro ano do ensino fundamental, a partir do quinto ano de vigência do plano. Ou seja, universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade, antecipando, deste modo, o processo de alfabetização das crianças⁷.

Segundo dados da PNAD, em 2012, 78,01% dessas crianças frequentavam escola ou creche e isso significa que aproximadamente 700 mil crianças ainda terão de ser matriculadas no país para se atingir a meta proposta até 2016. Sendo assim, apesar do alto percentual observado de crianças na escola em 2012, a meta de atendimento da população de 4 a 5 anos de idade é muito desafiadora pelo curto espaço de tempo para ser atingida. De 2004 a 2012, o índice saiu de 61,38% para 78,01%, um avanço relativo de 27,01%.

⁷ O PNE também apresenta a meta de universalizar para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo.

Gráfico 4: Taxas de frequência à escola/creche dos indivíduos de 4 a 5 anos por Região brasileira



Fonte: Pnad e Cadastro Único

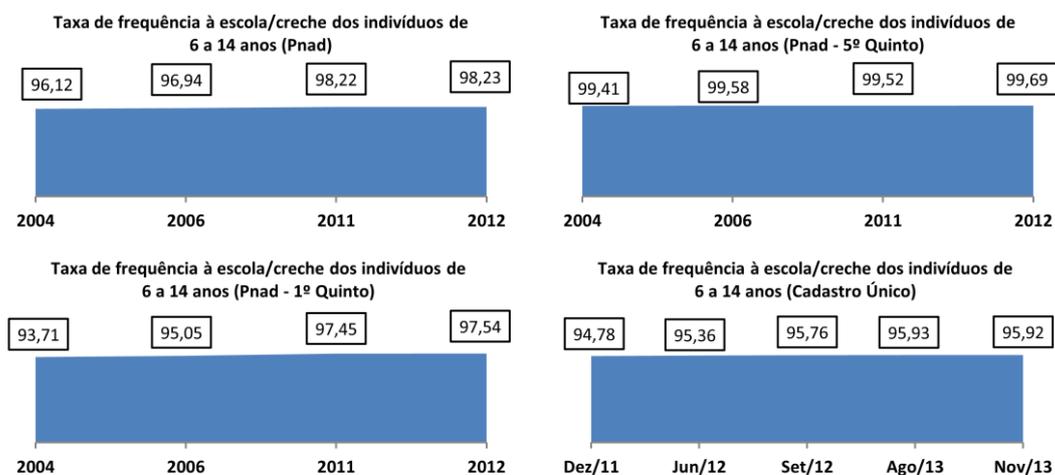
Se comparados de acordo com a renda das famílias, tem-se que até mesmo para o quinto das famílias com renda per capita mais elevada essa meta ainda se coloca como um desafio, uma vez que 92,5% dessa população estão frequentando a escola ou creche aos 4 e 5 anos de idade, restando 7,5% que ainda se encontram fora da escola. Já a parcela da população com o quinto de renda mais baixo, 70,78% das crianças frequentam atualmente frente aos 51,92% que frequentavam em 2004, o que representa um avanço de 36,32% para o período. E de acordo com os dados do Cadastro Único, o desafio do PNE parece ainda maior. Isso porque, a informação é de que 51,03% da população de baixa renda inserida nessa faixa etária frequentam a escola ou creche, o que significa um avanço relativo de 5,89% desde dezembro de 2011.

Quando se analisa a cobertura por região do país, também é possível verificar que o tamanho do desafio é diferente conforme a localidade (Gráfico 4). Enquanto a região Norte tem uma cobertura de apenas 62,98%, as regiões Nordeste e Sudeste superam a média nacional e possuem 83,91% e 81,92% das crianças de 4 a 5 anos frequentando a escola ou creche, respectivamente. Para o período de 2004 a 2012, a região que apresentou o maior avanço percentual é a região Sul, com uma melhora observada de 49,42%.

Se agrupados conforme a renda per capita familiar, a região Sul é também a região que apresentou o maior avanço para a população do quinto mais pobre no período de 2004 a 2012, com avanço relativo de 63,04%. Enquanto isso, a região Centro-Oeste é a região que apresenta maior diferença entre o quinto de renda mais alto e o mais baixo, para a frequência à creche ou escola das crianças de 4 a 5 anos, nela o quinto mais rico tem frequência de 92,78% enquanto o quinto mais pobre tem frequência 1,82 vezes menor, de 50,82%.

Essa mesma diferença entre as regiões também pode ser comprovada através das informações do Cadastro Único, onde a região Nordeste apresenta o índice de frequência mais elevado para a população de baixa renda, 55,3%, e a região Centro-Oeste o menor índice, 39,94%. Com essa base de informações, também é possível observar que o maior crescimento relativo para o período de dezembro de 2011 a novembro de 2013, foi da região Sul, 18,54% ao todo.

Gráfico 5: Taxas de frequência à escola/creche dos indivíduos de 6 a 14 anos



Fonte: Pnad e Cadastro Único

O índice de frequência à escola/creche dos indivíduos de 6 a 14 anos mede a proporção de pessoas inseridas nessa faixa etária que frequentam a escola ou creche, em relação à população total de crianças de 6 a 14 anos. O Plano Nacional de Educação (PNE) define como meta universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, ou seja, aos 14 anos. Isso até 2020, o último ano de vigência deste PNE.

Segundo os dados da PNAD, em 2012, 98,23% dessas crianças frequentavam a creche ou escola e isso significa que aproximadamente 500 mil crianças entre 5 e 14 anos ainda se encontram fora da escola em todo o território nacional. Esse valor se aproxima da meta proposta pelo PNE e representa um avanço relativo de 2,19% se comparado ao dado observado em 2004, que era de 96,12%. O cumprimento da meta de conclusão do Ensino Fundamental na idade correta é, por sua vez, uma meta ainda mais desafiadora, tendo em vista a necessidade de políticas públicas que deverão ter como foco a melhoria na qualidade do ensino para promover a redução nos índices de reprovação e evasão escolar.

Se agrupados segundo a renda das famílias, observa-se que predominam entre as pessoas que se encontram fora da escola as provenientes do quinto de renda mais baixo, com 97,54%, ante 99,69% das oriundas do quinto de renda mais alto. Entretanto, observa-se também que as pessoas do quinto de renda mais baixo tiveram um crescimento maior no período de 2004 a 2012, quando 93,71% deles frequentavam a escola, e isso resulta em um crescimento relativo de 4,08% para o período.

E de acordo com os dados do Cadastro Único, 95,92% da população de baixa renda de 6 a 14 anos cadastrada no programa frequenta a escola ou creche, apresentando um avanço relativo de 1,20%, ao todo, entre dezembro de 2011 e novembro de 2013.

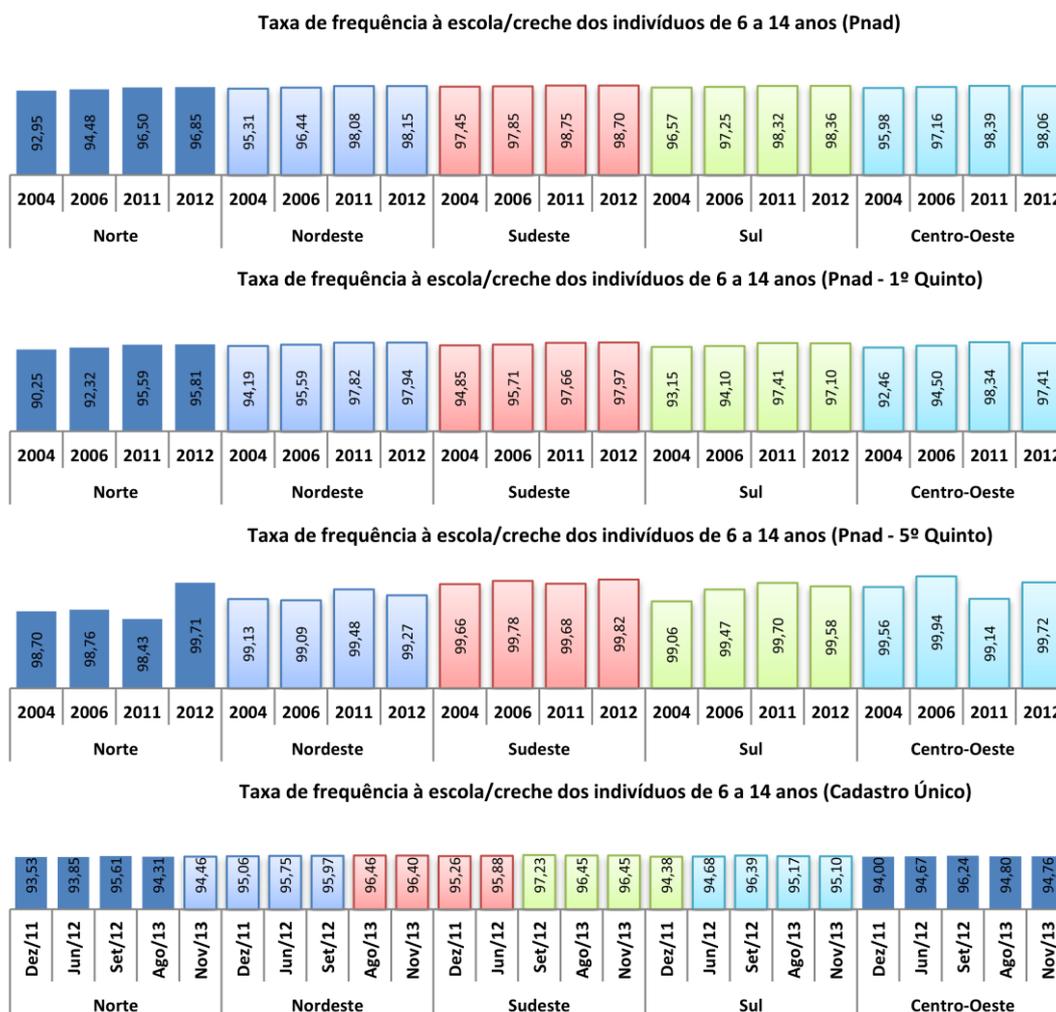
E quando se analisa essas informações por região, é possível observar que a desigualdade entre elas é pequena, com o Sudeste apresentando melhor índice, 98,70% e o Norte o pior, 96,85% (Gráfico 6). Para o período que vai de 2004 a 2012, a região que apresentou maior crescimento relativo é a região Norte, com 4,19%. Se observados de acordo com a renda das famílias, a região Norte é também a região que apresentou maior avanço para a população do quinto mais pobre no período de 2004 a 2012, com avanço relativo de 6,16%. E a região Norte é também a região que apresenta maior desigualdade entre o

quinto de renda mais alto e o mais baixo na frequência à creche ou escola das crianças de 6 a 14 anos, nela o primeiro é 1,04 vezes maior do que o segundo.

E a pequena desigualdade entre as regiões brasileiras para a frequência à escola ou creche das pessoas de 6 a 14 anos também se mostra pequena nas informações do Cadastro Único, com a região Norte apresentando o menor índice para a população de baixa renda com 94,46%, e a região Sudeste o maior índice, 96,45%. A região Nordeste teve o maior crescimento percentual com 1,40% no período que vai de dezembro de 2011 a novembro de 2013, para a população inserida no cadastro.

O índice de frequência à escola/creche dos indivíduos de 15 a 17 anos mede a proporção de pessoas inseridas nessa faixa etária que frequentam a escola ou creche, em relação à população total de crianças de 15 a 17 anos (Gráfico 7). O Plano Nacional de Educação (PNE) define como meta para essa faixa etária universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o fim do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%.

Gráfico 6: Taxas de frequência à escola/creche dos indivíduos de 6 a 14 anos por Região brasileira



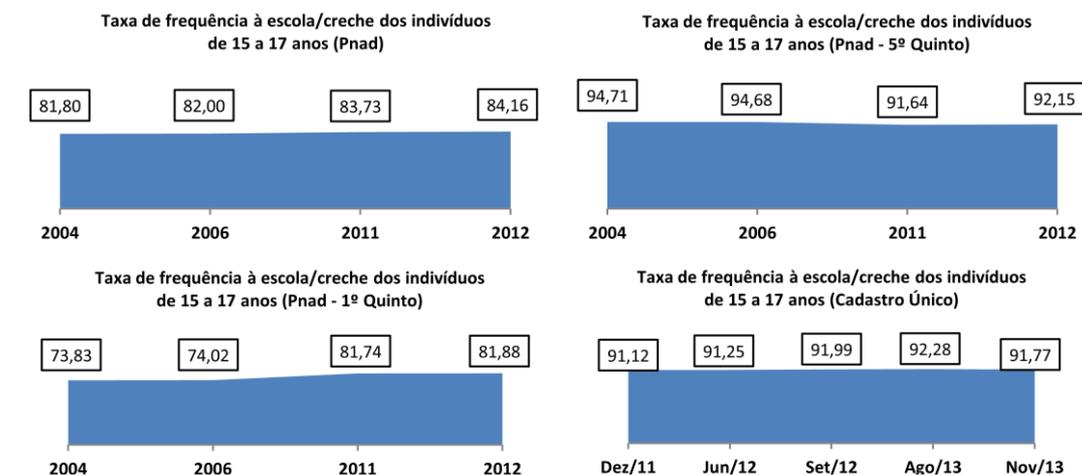
Fonte: Pnad e Cadastro Único

De acordo com os dados da PNAD, em 2012, 84,16% das pessoas de 15 a 17 anos frequentavam a creche ou escola e isso significa aproximadamente 1,7 milhão de pessoas nessa faixa etária fora da escola em todo o território nacional. Esse valor ainda está distante da meta proposta pelo PNE apesar de representar um avanço de 2,88% se comparado ao dado observado em 2004, que era de 81,80%.

Isso demonstra que a recente melhora nas taxas de frequência escolar do Ensino Fundamental impactaram positivamente no número de matrículas do Ensino Médio, mas que o país ainda está distante de alcançar essa meta proposta para a educação dos jovens de 15 a 17 anos, sem contar o curto espaço de tempo. Aumentar a taxa líquida de matrículas no ensino médio é por sua vez uma meta ainda mais desafiadora, tendo em vista a

necessidade de melhoria na qualidade do ensino para promover a redução nos índices de reprovação e evasão escolar.

Gráfico 7: Taxas de frequência à escola/creche dos indivíduos de 15 a 17 anos



Fonte: Pnad e Cadastro Único

Predominam entre as pessoas dessa faixa etária e que se encontram fora da escola àquelas provenientes do quinto de renda mais baixo, com 81,88%, enquanto o quinto de renda mais alto possui 92,15%. Todavia, essas pessoas do quinto de renda mais baixo apresentam crescimento bem maior no período de 2004 a 2012, com um avanço percentual de 10,90%, uma vez que em 2004, 73,83% deles frequentavam a escola. Em contrapartida, o quinto de renda mais alto apresenta decréscimo de 2,7% na frequência à escola dessa população, saiu de 94,71% em 2004, para 92,15% em 2012.

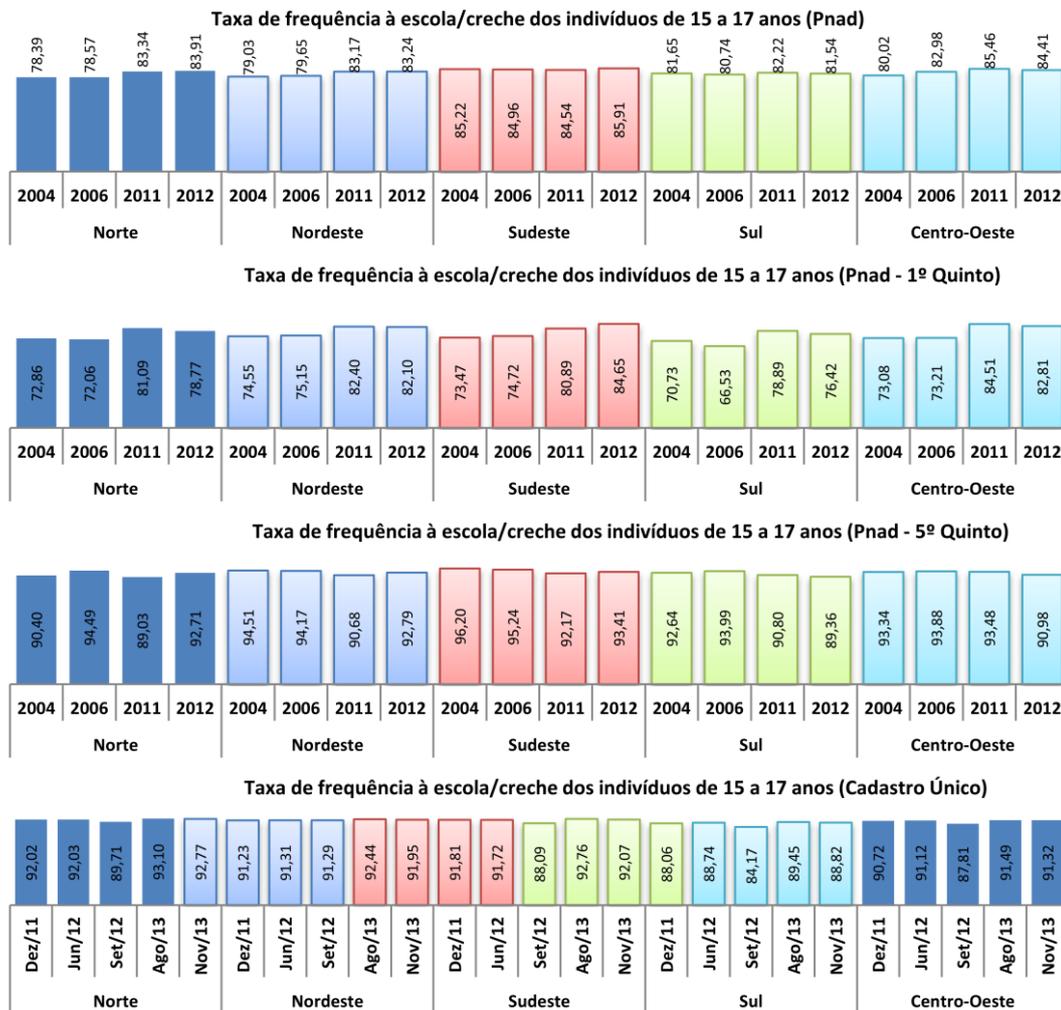
Já para as pessoas de baixa renda cadastradas no Cadastro Único, a taxa de frequência a escola das pessoas de 15 a 17 anos era de 91,77% em novembro de 2013 e o crescimento relativo nos últimos dois anos foi de 0,71%.

E quando se analisa a cobertura por região do país, também é possível verificar que o tamanho do desafio é bem diferente conforme a localidade (Gráfico 8). Enquanto a região Sul tem uma cobertura de 81,54%, as regiões Sudeste e Centro Oeste superam a média nacional e possuem 85,91% e 84,41% das crianças de 15 a 17 anos frequentando a escola ou creche, respectivamente. Para o período de 2004 a 2012, a região que apresentou o maior avanço percentual é a região Norte, com um crescimento relativo de 7,04%.

Se observados de acordo com a renda das famílias, a região Sudeste é a região que apresentou maior avanço para a população do quinto mais pobre no período de 2004 a 2012, com avanço relativo de 15,21%. Enquanto isso, a região Norte é a região que apresenta maior desigualdade interna na frequência à creche ou escola das crianças de 15 a 17 anos, nela o quinto mais rico tem frequência de 92,71% enquanto o quinto mais pobre tem frequência 1,17 vezes menor, 78,77%.

E essa mesma desigualdade pequena entre as regiões brasileiras para a frequência à escola ou creche das pessoas de 15 a 17 anos também se mostra pequena nas informações do Cadastro Único, com a região Sul apresentando o menor índice para a população de baixa renda com 88,82%, e a região Norte o maior índice, 92,77%. Enquanto isso a região Sul teve o maior crescimento percentual com 0,86% no período que vai de dezembro de 2011 a novembro de 2013, para a população de 15 a 17 anos que frequenta a escola e estão inseridas no cadastro.

Gráfico 8: Taxas de frequência à escola/creche dos indivíduos de 15 a 17 anos por Região brasileira



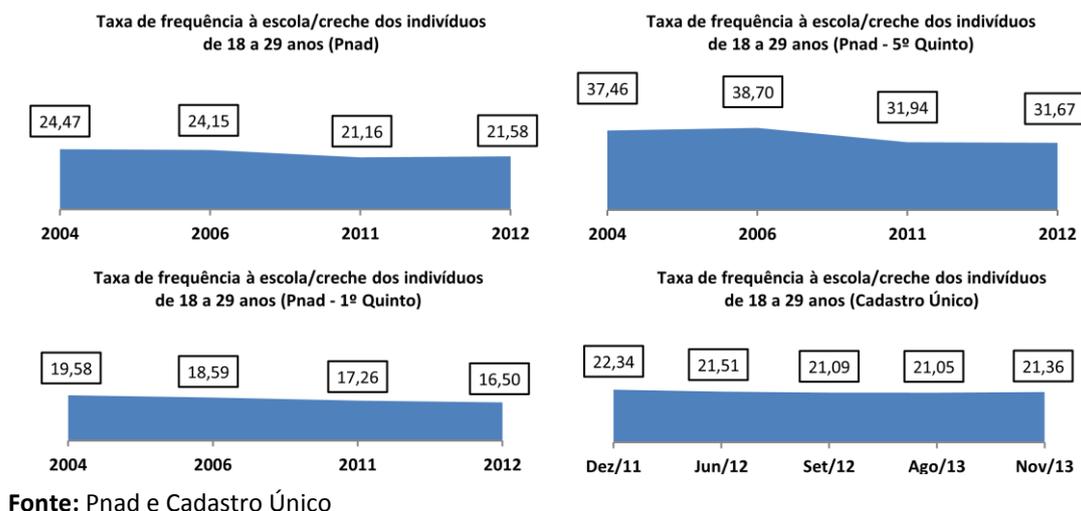
Fonte: Pnad e Cadastro Único

O índice de frequência à escola/creche dos indivíduos de 18 a 29 anos mede a proporção de pessoas inseridas nessa faixa etária que frequentam a escola ou creche, em relação à população total de jovens de 18 a 29 anos (Gráfico 9). O Plano Nacional de Educação (PNE) define como meta elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres.

De acordo com os dados da PNAD, em 2012, 21,58% das pessoas de 18 a 29 anos ainda frequentavam a creche ou escola e isso demonstra os elevados índices de reprovação e evasão escolar da população brasileira. Esse valor tem reduzido desde 2004 quando 24,47% da população nessa faixa etária frequentavam a escola, uma queda percentual de

11,81%. Predominam entre as pessoas de 18 a 29 anos que se encontram frequentando a escola aquelas provenientes do quinto de renda mais alto, com 31,67%, ante 16,50% das oriundas do quinto de renda mais baixo. Entretanto, observa-se que a proporção das pessoas no quinto mais alto e no quinto mais baixo frequentando a escola, reduziram significativamente desde 2004, 15,73% e 15,45%, respectivamente.

Gráfico 9: Taxas de frequência à escola/creche dos indivíduos de 18 a 29 anos



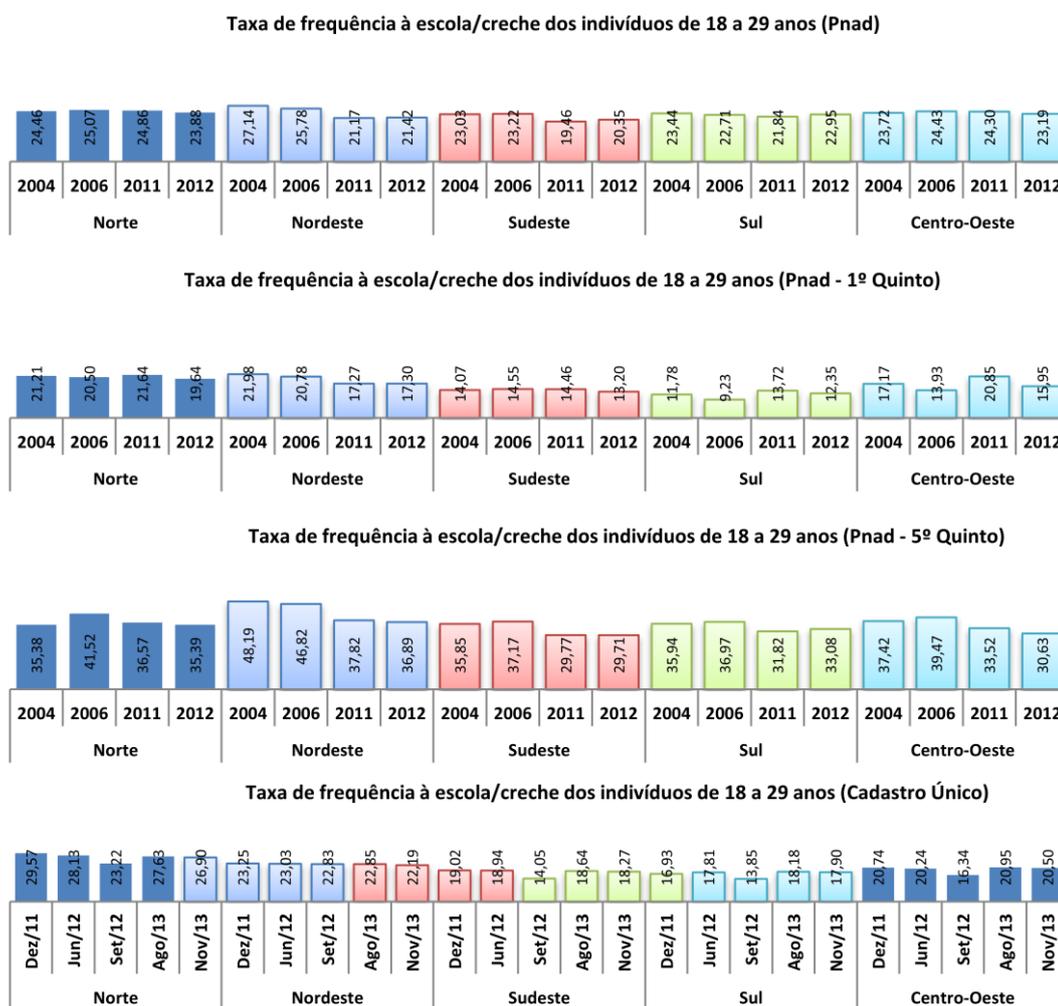
E de acordo com os dados do Cadastro Único, 21,36% da população de 18 a 29 anos de baixa renda cadastrada no programa frequentam a escola ou creche. Este dado representa uma redução proporcional de 4,38%, ao todo, entre dezembro de 2011 e novembro de 2013. E quando se analisa a cobertura por região do país, também é possível verificar que o desafio é diferente de acordo com a localidade (Gráfico 10). Enquanto a região Norte possui 23,88% de seus jovens nessa faixa etária frequentando a escola, as regiões Sudeste e Nordeste apresentam valores inferiores à média nacional e possuem 20,35% e 21,42%, respectivamente. E para o período que vai 2004 a 2012, as regiões brasileiras apresentaram alterações percentuais bastante distintas, e a região Nordeste, com um decréscimo relativo de 21,07% foi a que mais mudou em relação a 2004.

Se observados de acordo com a renda das famílias, a região Nordeste é a região que apresentou maior alteração para o período de 2004 a 2012 em relação ao quinto mais pobre da população, com um decréscimo relativo de 23,44%. Enquanto isso, a região Sul é a região que apresenta maior diferença entre o quinto mais rico e o quinto mais pobre da população, nela a frequência à creche ou escola dos jovens de 18 a 29 anos, o quinto mais

rico tem frequência de 12,35%, enquanto o quinto mais pobre tem frequência 2,67 vezes maior, com 33,08%.

Algumas informações se repetem nas observações da população de baixa renda inseridas no Cadastro Único e a região Norte também apresenta o maior índice de frequência entre os jovens de 18 a 29 anos frequentando a escola com 26,90%. Todavia, o maior decréscimo relativo para o período de dezembro de 2011 a novembro de 2013, foi da região Norte, com 9,02%, ante a região Sul nos dados do quinto mais pobre da Pnad.

Gráfico 10: Taxas de frequência à escola/creche dos indivíduos de 18 a 29 anos por Região brasileira



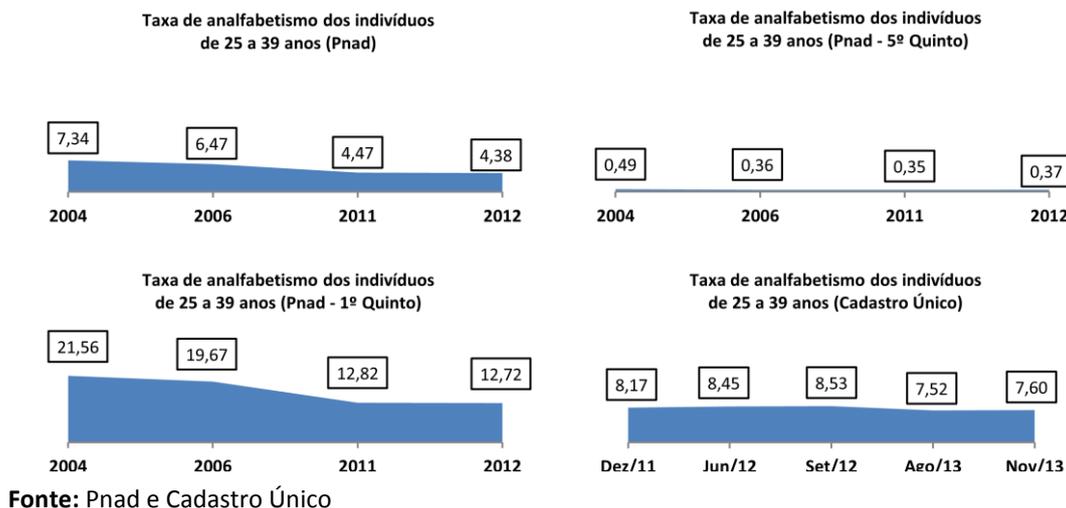
Fonte: Pnad e Cadastro Único

A taxa de analfabetismo dos indivíduos de 25 a 39 anos de idade mede a proporção de pessoas não sabem ler e escrever um bilhete simples, em relação ao total de pessoas inseridas nessa faixa etária (Gráfico 11). O Plano Nacional de Educação (PNE) define

como meta Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional⁸.

De acordo com os dados da PNAD, em 2012, 4,38% das pessoas de 25 a 39 anos ainda são analfabetas no Brasil. Esse valor foi reduzido em 40,32% desde 2004, quando 7,34% da população nessa faixa etária ainda era considerada analfabeta. Nesse indicador, fica bastante claro a predominância entre as pessoas de 25 a 39 anos analfabetas provenientes do quinto de renda mais baixo, com 12,72%, ante 0,37% das oriundas do quinto de renda mais alto. Entretanto, observa-se que a proporção das pessoas no quinto de renda mais baixo tidas como analfabetas reduziu significativamente desde 2004, 41,0%.

Gráfico 11: Taxa de analfabetismo dos indivíduos de 25 a 39 anos

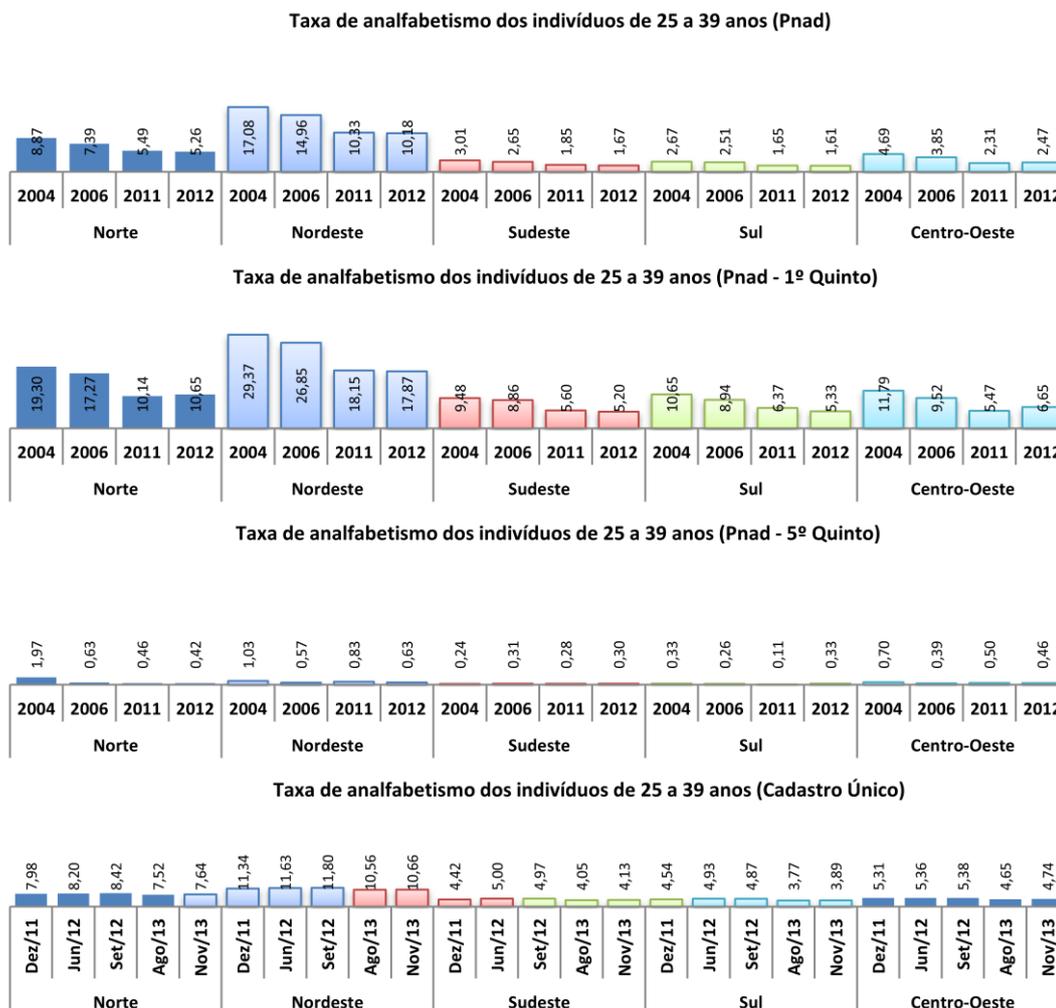


E de acordo com os dados do Cadastro Único, 7,60% da população de 25 a 39 anos de baixa renda cadastrada no programa são analfabetas, apresentando um avanço relativo de 6,97%, entre dezembro de 2011 e novembro de 2013. E quando se analisa a cobertura por região do país, também é possível verificar que os desafios variam conforme a localidade. Enquanto a região Sul tem a menor taxa de analfabetismo do país com 1,61%, as regiões Sudeste e Centro Oeste também superam a média nacional com 1,67% e 2,47%. Sendo assim, observa-se que apenas as regiões Norte e Nordeste apresentam índices acima dos encontrados para o país, com 5,26% e 10,18%, respectivamente. Todas as regiões apresentaram avanços percentuais significativos na redução da taxa de analfabetismo da

⁸ A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), considera analfabeto funcional aquele que teve menos de quatro anos de estudos completos.

população de 25 a 39 anos no período de 2004 a 2012, destaque para a região Centro-Oeste e Sudeste com uma redução percentual de 47,33% e 44,51%, respectivamente.

Gráfico 12: Taxas de analfabetismo dos indivíduos de 25 a 39 anos por Região brasileira



Fonte: Pnad e Cadastro Único

Se observados de acordo com a renda das famílias, novamente todas as regiões apresentaram avanços significativos na taxa de analfabetismo do quinto mais pobre da população, com destaque para a região Sul que reduziu em 49,95% dessa taxa entre 2004 e 2012. Enquanto isso, as regiões Nordeste e Norte são as regiões que apresentam as maiores diferenças entre essa taxa para o quinto de renda mais rico e o quinto de renda mais pobre, nelas o quinto mais rico tem 0,63% e 0,42% enquanto o quinto mais pobre tem frequência 28,36 e 25,35 vezes maiores, 17,87% e 10,65% respectivamente.

De acordo com as informações do Cadastro Único, para a população de baixa renda, a região Nordeste apresenta o maior índice de analfabetos com 10,56% da população de 25 a 39 anos de idade, e a região Sul o menor índice com 3,89%. Dentre elas, a que obteve o maior avanço percentual foi a região Sul com 14,31% no período que vai de dezembro de 2011 a novembro de 2013.

Bibliografia

OLIVEIRA, L. F. B. de; SOARES, S. S. D.. O Impacto do Programa Bolsa Família sobre a Repetência: Resultados a partir do Cadastro Único, Projeto Frequência e Censo Escolar. Brasília: Texto para Discussão 1814, IPEA, fev.2013.

SILVA, Anderson P.; BRANDÃO, André; DA DALT, Salette. Educação e pobreza: o impacto das Condicionalidades do Programa Bolsa Família. Revista contemporânea de educação, FE-UFRJ, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, ago./dez. 2009. Disponível em: <http://www.revistacontemporanea.fe.ufrj.br/index.php/contemporanea/article/view/89/81>

DUARTE, G. B.; NETO, R. M. S. Avaliando o impacto do Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar: o caso da agricultura familiar no Nordeste do Brasil. In: Encontro Nacional de Economia, 36, 2008, Niterói. Anais. Niterói: ANPEC, 2008.

GLEWWE, P.; KASSOUF, A. L. O impacto do Programa Bolsa Família no total de matrículas do ensino fundamental, taxas de abandono e aprovação. In: SILVA, F. S. (Org.). I Prêmio e I Mostra Nacional de estudos sobre o Programa Bolsa Família. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social, p. 41-56, 2008.

Bastagli, F. (2008) Conditionality in public policy targeted on the poor: promoting resilience?, *Social Policy and Society* 8:1, 127-140, Cambridge University Press

FERNANDES, J.H.P. Acesso à educação e combate à desigualdade: o papel da educação no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria. In: CAMPELLO,T.; FALCÃO,T. e COSTA,P.V. O Brasil Sem Miséria. Brasília: MDS, 2014, p.543-562.

CRAVEIRO, C. B. A.; XIMENES, D. de A. Dez anos do Programa Bolsa Família:Desafios e perspectivas para a universalização da educação básica no Brasil. In: CAMPELLO,T. e NERI, M. C. (Organizadores). Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: IPEA, 2013.